RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
43.277.147/0001-36	SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S/A	31/03/2025 20:55:04	8136A3E28309AB300240FE08ED84BCD82E6A8B8F

Parecer dos Auditores Independentes

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	-	Participante-Upload

Titulo

SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S.A. - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Descrição

SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S.A. - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S A:43277147000136	43.277.147/0001-36	31/03/2025 20:55:04	Participante	Certificado Digital

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: + 55 62 3283 7272
Fax: + 55 62 3283 7272
www.bdo.com.br

Av. 136, Sala 1805-A, Bloco A Ed.
New York Square Business, Setor Sul
74093-250 – Goiânia, GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sul Concessões e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidas da Sul Concessões e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Sul Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sul Concessões e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

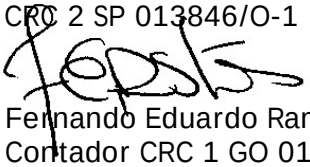
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 – S - SP

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota explicativa	2024	2023	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.472	13.085	17.009	16.316	Fornecedores a Pagar	12	3	8	3.285	3.919
Aplicações Financeiras	4	20.546	-	20.546	-	Salários e encargos sociais	14	-	-	1.656	1.561
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.571	7.302	Tributos a pagar	15	18	1	3.898	3.153
Adiantamento a fornecedores		-	-	446	8	Arrendamentos a pagar	7	-	-	683	547
Tributos a Recuperar		307	47	484	168	Outros passivos		-	1	1.731	1.670
Estoques		-	-	737	546						
Outros Ativos		2	-	213	288						
Total do Circulante		36.327	13.132	48.006	24.627	Total do Circulante		21	9	11.253	10.851
Não circulante						Não circulante					
Investimento	6	47.279	25.308	-	-	Debêntures e financiamentos	13	111.139	58.875	111.139	58.875
Direito de uso	7	-	-	1.282	1.711	Arrendamentos a pagar	7	-	-	490	964
Imobilizado	8	-	-	882	574	Partes Relacionadas	11	243	-	243	-
Ativo de Contrato	9	-	-	42.792	-	Tributos a pagar	15	-	-	3.967	5.070
Intangível	10	98.575	102.112	109.868	131.510	Tributos diferidos	16	24.293	24.293	24.293	24.293
Partes Relacionadas	11	971	669	671	675	Provisão para contingências	17	-	-	74	101
Outros Ativos		78	-	101	151						
Total do Não Circulante		146.902	128.089	155.596	134.621	Total do Não Circulante		135.676	83.168	140.207	89.303
						Patrimônio líquido	18				
						Capital social		7.001	7.001	7.001	7.001
						Reserva Legal		1.400	1.400	1.400	1.400
						Reserva de lucros		39.131	49.643	43.741	50.693
						Total do Patrimônio Líquido		47.532	58.044	52.142	59.094
Total do Ativo		183.229	141.221	203.602	159.247	Total do Passivo		183.229	141.221	203.602	159.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	2024	2023	2024	2023
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços	19	-	-	32.115	24.257
Receita de construção		-	-	22.134	11.708
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(12.626)	(10.213)
Custo de construção		-	-	(22.134)	(11.708)
Lucro bruto		-	-	19.489	14.044
Receitas / Despesas operacionais					
Gerais e Administrativas	21	(4.351)	(4.116)	(9.801)	(8.732)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		-	-	(819)	(454)
Resultado de equivalência patrimonial	6	7.121	5.066	-	931
Ganho por compra vantajosa		-	53.588	-	53.588
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	188	52
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.770	54.538	9.057	59.429
Resultado financeiro liquido	22	(13.282)	(7.208)	(12.295)	(8.099)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(10.512)	47.329	(3.238)	51.330
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	23	-	-	(3.713)	(2.543)
Imposto de Renda e Contribuição diferido	23	-	(14.725)	-	(14.725)
Participação dos não controladores		-	-	-	(407)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(10.512)	32.604	(6.951)	33.654
Atribuível aos					
Atribuível aos					
Acionistas da Companhia		(10.512)	32.604	(6.951)	34.061
Participação dos não controladores		-	-	-	(407)
		(10.512)	32.604	(6.951)	33.654

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.512)	32.604	(6.951)	33.654
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do período	(10.512)	32.604	(6.951)	33.654
Total do resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas	(10.512)	32.604	(6.951)	34.061
Não controladores	-	-	-	(407)
	(10.512)	32.604	(6.951)	33.654

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Atribuível aos acionistas da controladora			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total Controladora
Em 1° de Janeiro de 2023	7.001	702	17.737	25.440
Lucro do exercício	-	-	32.604	32.604
Reserva Legal	-	698	(698)	-
Em 31 de dezembro de 2023	7.001	1.400	49.643	58.044
Prejuízo do exercício	-	-	(10.512)	(10.512)
Em 31 de dezembro de 2024	7.001	1.400	39.131	47.532

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.512)	32.604	(6.951)	33.654
Ajustes				
Depreciação	-	-	122	33
Amortização do Intangível	-	-	1.471	1.712
Amortização Mais Valia	3.536	2.764	3.536	2.764
Amortização de Arredamento	-	-	1.008	1.106
Amortização de custo de transação	656	1.106	656	118
Resultado de equivalência patrimonial	(7.121)	(5.066)	-	-
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	819	454
Ganho sobre compra vantajosa de controladas	-	(53.588)	-	(53.588)
Encargos financeiros de financiamentos e debêntures	14.366	8.039	10.866	8.901
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	-	-	124	-
Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023	-	-	-	25.439
	925	(14.141)	11.652	20.594
Contas a receber de clientes	-	-	(2.088)	(2.018)
Tributos a recuperar	(260)	(47)	(316)	(168)
Estoque	-	-	(191)	(546)
Partes Relacionadas	(59)	-	247	-
Outros ativos	(78)	-	(313)	(435)
Fornecedores	(5)	6	(634)	3.919
Salarios e encargos		-	95	789
Tributos a pagar/diferido	18	14.725	(357)	24.133
Outros passivos	(1)	-	33	982
Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023	-	-	-	3.366
	(384)	14.684	(3.525)	30.022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	541	543	8.127	50.616
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento	(14.850)	(14.250)	-	-
Adições ao ativo de contrato	-	-	(22.134)	-
Adições ao ativo intangível	-	-	(4.023)	(12.179)
Adições Mais Valia contratos de concessão	-	(8.469)	-	(8.469)
Adições ao imobilizado	-	-	(432)	(374)
Adições ao ativo direito de uso	-	-	(578)	(302)
Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023	-	-	-	(63.521)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.850)	(22.719)	(27.167)	(84.845)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	109.000	55.000	109.000	55.000
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(71.758)	(19.787)	(68.258)	(22.507)
Arrendamento a pagar	-	-	(463)	1.512
Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023	-	-	-	16.374
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	37.242	35.213	40.279	50.379
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.933	13.037	21.239	16.150
Variação no Caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.085	48	16.316	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.018	13.085	37.555	16.316
Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023	-	-	-	(166)
Variação no Caixa	22.933	13.037	21.239	16.150

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Informações Gerais

A Sul Concessões e Participações S.A. (“Sul Concessões” ou "Companhia") é uma controlada integral da Norte Saneamento S.A. ("Norte Saneamento").

A Companhia foi constituída em 25 de agosto de 2021 e tem como principal objetivo deter participação societária no capital de outras sociedades no Brasil que desenvolvam atividades de investimento e gestão de recursos hídricos e ativos de saneamento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia, adquiriu 50% das ações das SPEs Gaivota Saneamento SPE S.A. (“Gaivota”), Gravatal Saneamento SPE S.A. (“Gravatal”), Guabiruba Saneamento SPE S.A. (“Guabiruba”) e Sombrio Saneamento SPE S.A. (“Sombrio”), ou em conjunto (“SPEs”), sendo estas, detentoras de contratos de concessão de longo prazo no Estado de Santa Catarina.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu mais 22,75% das ações e passou a ter uma participação de 72,75% do Capital, assumindo o controle das SPEs a partir desta data.

Em 31 de julho de 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição dessas controladas, passando a deter a partir desta data 100% das ações.

Os contratos de concessão das SPE´s podem ser assim sumarizados:

Município	Data de assinatura do contrato	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo	Prazo restante (meses)
Gaivota	22/05/2018	Santa Catarina	24/05/2053	35	340
Gravatal	15/02/2018	Santa Catarina	18/02/2048	30	277
Guabiruba	30/04/2020	Santa Catarina	30/04/2050	30	303
Sombrio	19/11/2020	Santa Catarina	18/11/2055	35	370

2. Base para preparação das informações contábeis e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*).

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 31 de março de 2025.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas.

- Nota explicativa 5 – Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis)
- Nota explicativa 8 – Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- Nota explicativa 10 – Intangível (amortização pela vida útil)
- Nota explicativa 17- Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

2.5 Base de consolidação e investimentos em controladas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões S.A. e suas controladas.

As Demonstrações contábeis das empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

		Participação		
Empresas controladas	Direta/Indireta	31/12/2024	31/12/2023	Consolida desde
Gaivota Saneamento SPE S.A.	Direta	100,00%	100,00%	mar/23
Gravatal Saneamento SPE S.A.	Direta	100,00%	100,00%	mar/23
Guabiruba Saneamento SPE S.A.	Direta	100,00%	100,00%	mar/23
Sombrio Saneamento SPE S.A.	Direta	100,00%	100,00%	mar/23

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.5 Ativos financeiros e não financeiros

3.5.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.5.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais”, na demonstração do resultado.

3.7 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia e suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões, e tem a sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 10).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e suas controladas e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao ativo intangível, são capitalizados mesmo que ocorram na controladora, contudo, nesse caso específico, a capitalização é feita apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

(c) Mais Valia Contratos de Concessão

A mais valia resulta da aquisição de controladas e representa a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e o valor pago da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.8 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional, acrescidos do ágio e diminuído do deságio.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

Esses custos de financiamentos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados mesmo que ocorram no âmbito da Companhia ou em controladas que não sejam operacionais (caso da Sul Concessões), relativamente a investimentos realizados pelas controladas, no entanto, neste caso específico, esta capitalização específica é reconhecida apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

3.11 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.12 Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e suas controladas estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia e suas controladas, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.
Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

. O direito da Companhia e suas controladas de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

. Se o direito da Companhia e suas controladas de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;

. A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia e suas controlas exercer seu direito de postergar a liquidação; e

. No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia e suas controladas, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que a Companhia e suas controladas forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

(b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as Companhias e suas controladas contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

e) A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

f) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco conta movimento	4	18	185	102
Aplicações financeiras	15.468	13.067	16.824	16.214
	15.472	13.085	17.009	16.316
Aplicações financeiras (i)	20.546	-	20.546	-
	36.018	13.085	37.555	16.316

(i) Período de carência para resgate finaliza em 01 de abril de 2025.

a) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco Daycoval	21	-	21	-
Sicoob	35.993	13.066	37.345	16.214
Outros	-	-	4	-
	36.014	13.066	37.370	16.214

As aplicações financeiras são baseadas em títulos de renda fixa com remuneração vinculada ao CDI e possuem liquidez e rendimentos diários. As aplicações estão em sua maioria, aplicadas no e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("SICOOB"), e rendem em média 100% do CDI.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Serviço de água e esgotos	8.802	6.755
Serviços incorridos e não faturados	1.555	1.481
(-) Arrecadação a discriminar	25	56
(-) Provisões estimadas de perdas	(1.810)	(991)
	8.571	7.302

A Companhia adota como política para constituição de provisão de perdas esperadas para faturas em aberto há mais de 360 dias para clientes privados e há mais de 720 dias para clientes públicos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo Inicial	(991)	(1.037)
Reversão da Provisão	115	802
Provisão	(934)	(756)
Saldo Final	(1.810)	(991)

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Faturas a vencer	2.934	2.886
Vencidas		
Até 30 dias	872	770
De 31 a 60 dias	385	338
De 61 a 90 dias	259	210
De 91 a 180 dias	627	425
De 181 a 360 dias	1.068	991
Mais de 360 dias	2.657	1.135
Contas a receber de clientes	8.802	6.755

6. Investimentos

Controladas diretas	% de Participação		Patrimonio Líquido		Investimento	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Gravatal	100,00	100,00	8.013	3.897	8.013	3.897
Gaivota	100,00	100,00	16.769	11.646	16.769	11.646
Sombrio	100,00	100,00	11.012	7.409	11.012	7.409
Guabiruba	100,00	100,00	11.484	2.356	11.484	2.356
Investimentos em controladas					47.279	25.308

O saldo de investimentos na Controladora corresponde a participação de 100% nas controladas Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio e seu movimento pode ser assim sumarizado em 31 de dezembro de 2024:

Controladas diretas	Saldo em 31/12/2023	AFACs	Resultado de equivalência	Saldo em 31/12/2024
Gravatal	3.897	3.450	666	8.013
Gaivota	11.646	2.550	2.574	16.770
Sombrio	7.409	1.500	2.103	11.012
Guabiruba	2.356	7.350	1.778	11.484
Total investimentos	25.308	14.850	7.121	47.279

No exercício de 2024, a Companhia aportou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs) nas controladas no montante de R$ 14.850. Os valores aportados nas controladas foram utilizados para realização de investimentos na construção ou melhoria da infraestrutura, conforme cronograma de investimentos das concessões, e serão capitalizados até o primeiro semestre de 2025.

7. Direito de uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

	Consolidado		
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Direito de Uso			
Veículos	192	352	543
Veículos pesados	139	119	258
Máquinas e equipamentos	1.743	78	1.821
Imóvel	308	29	337
	2.382	578	2.960
Amortização			
Veículos	(166)	(211)	(376)
Veículos pesados	(16)	(103)	(119)
Máquinas e equipamentos	(369)	(574)	(943)
Imóvel	(120)	(120)	(240)
	(671)	(1.008)	(1.678)
	1.711	(430)	1.282

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Pagamento de principal + juros	Saldos em 31/12/2024
Arrendamentos a pagar	1.512	578	(1.043)	1.173
Passivo circulante	547			683
Passivo não circulante	964			490

As classes de ativos nos quais as Controladas possuem arrendamentos são: equipamentos pesados, veículos pesados, veículos leves e imóveis. A Companhia adotou como taxa incremental CDI + 9% a.a que foi a taxa de captação das debêntures de 2° emissão, já liquidadas.

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

Não Circulante por faixas de vencimento	2024
2026	253
2027	203
2028	35
	490

8. Imobilizado

		Consolidado			
	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adição	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Edificações		3	-	-	3
Móveis e Utensílios		53	57	-	110
Máquinas e Equipamentos		299	333	-	632
Equipamentos de informática		129	17	(11)	135
Veiculos e embarcações		2	4	-	6
Bens de terceiros em comodato		18	-	-	18
Consorcio de bens móveis		107	37	(5)	139
		612	448	(16)	1.042
Depreciação					
Edificações	4%				
Móveis e Utensílios	7%	(4)	(10)	-	(14)
Máquinas e Equipamentos	10%	(22)	(81)	-	(103)
Equipamentos de informática	20%	(12)	(31)	-	(43)
		(38)	(122)	-	(160)
		574	326	(16)	882

O Ativo imobilizado não foi dado em garantia de nenhuma obrigação financeira da Companhia e de suas controladas.

9. Ativo de contrato

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2023	Obras em andamento	Transferência do intangível	Saldos em 31/12/2024
Obras em andamento				
Sistema de abastecimento de água	-	18.036	16.833	34.869
Sistema de esgotamento sanitário	-	4.098	3.824	7.922
	-	22.134	20.658	42.792

O saldo de obras em andamento do sistema de abastecimento de água considera o investimento feito para aquisição de uma nova Estação de Tratamento de Água ("ETA") para a SPE de Guabiruba. A empresa contratada promoverá os serviços de instalação, montagem, controle de instalação do sistema, controle do equipamento após o transporte, ajustagem definitiva dos bens, partida e operação assistida, de forma a entregar os bens em perfeitas condições de operar de forma segura e confiável no local de operação.

A ETA já está em fase de conclusão, e a SPE irá montar a base para instalação para que o ativo seja transportado até o local da operação. Toda obra estará concluída até julho de 2025.

Em 2024, houve também reclassificação de R$ 20.658 mil de valores que estavam apropriados ao Intangível, contudo, após revisão para melhor segregação considerando o estágio dos investimentos realizados, estes valores foram remanejados.

10. Intangível

	Controladora			Consolidado			
	Saldos em 31/12/2023	Adição	Saldos em 31/12/2024	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência para Ativo de contrato	Saldos em 31/12/2024
Custo							
Mais Valia	106.100	-	106.100	106.100	-	-	106.100
Investimentos - concessão	-	-	-	30.253	432	(20.658)	10.027
Cap. de juros no consolidado	-	-	-	1.050	3.560	-	4.610
	106.100	-	106.100	137.403	3.992	(20.658)	120.737
Amortização acumulada							
Mais Valia	(3.988)	(3.536)	(7.524)	(3.988)	(3.536)	-	(7.524)
Investimentos - concessão	-	-	-	(1.905)	(1.471)	31	(3.345)
	(3.988)	(3.536)	(7.524)	(5.893)	(5.007)	31	(10.869)
Total	102.112	(3.536)	98.575	131.510	(1.015)	(20.627)	109.868

(a) Investimentos concessões

O saldo do Intangível das controladas, refere-se aos gastos utilizados em ativos necessários para a conclusão dos sistemas de abastecimento de água e esgoto e demais investimentos, previstos no contrato de concessão.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto nas controladas é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

(b) Mais valia

O intangível na Controladora, corresponde a mais valia dos contratos de concessão das controladas, Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio.
Essa mais valia foi apurada através de laudo de avalição que determina o valor justo das participações adquiridas, e está sendo amortizada de acordo com o prazo médio das concessões (30 anos).

A apuração da mais valia pode ser assim sumarizada:

	Controladora
	2024
Aquisições das controladas	
Valor justo ativo líquido da participação adquirida	100.651
Variação valor justo entre as aquisições	10.280
Valor contábil da participação adquirida	(4.831)
	106.100

11. Partes Relacionadas

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Norte Saneamento S.A.	668	669	668	675
Centro Sul Concessões	3	-	3	-
Guabiruba	150	-	-	-
Gaivota	150	-	-	-
	971	669	671	675

O ativo com a controladora Norte Saneamento, é referente a gastos incorridos com estudos de mercado e apoio operacional em benefício da Companhia.

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
São Gabriel Saneamento	243	-	243	-

O passivo com a controlada São Gabriel, corresponde ao apoio operacional fornecido pela estrutura da controlada em estudos de mercado.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores				
Serviços	-	-	2.304	2.748
Materiais	-	-	722	861
Outros	3	8	197	236
Energia	-	-	62	74
	3	8	3.285	3.919

A Companhia e suas controladas mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

13. Debêntures e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	Vencimento	2024	2023	2024	2023
Debêntures 2ª Emissão	CDI + 9%	2025	-	59.901	-	59.901
Debêntures 3ª Emissão	IPCA + 9,5%	2042	113.338	-	113.338	-
Custos de transação			(2.199)	(1.026)	(2.199)	(1.026)
Total divida			111.139	58.875	111.139	58.875
Passivo circulante			-	-	-	-
Passivo não circulante			111.139	58.875	111.139	58.875

Em setembro de 2024, a Companhia concretizou a terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie em garantia real, com garantia fidejussória adicional em série única no valor total de R$ 109.000 com vencimento em 15 de setembro de 2042.

Os recursos captados nos financiamentos e por meio da emissão das Debêntures foram utilizados para (i) liquidação antecipada integral de dívidas anteriores; (ii) pagamento de despesas da emissão e oferta; (iii) financiamento de projetos para beneficiar com ações de saneamento nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios de Guabiruba, Gravatal, Gaivota e Sombrio.

Abaixo a movimentação das Debêntures e financiamentos:

	Saldos em 31/12/2023	Captações	Amortização de juros	Pagamentos de principal + juros	Saldos em 31/12/2024
Debêntures	59.901	109.000	14.366	(69.929)	113.338

Cláusulas Restritivas (Covenants)

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

A Companhia e suas controladas possuem em sua escritura de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros, que são: Dívida Líquida/EBITDA e o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

Os índices financeiros abaixo são apurados como base nos balanços auditados após o término de cada exercício social.

Dívida Líquida/EBITDA igual ou menor 6x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 até 2026, 5,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2027 e 2028, 5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2029 até 2031, 4,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2032 e 2033, 4x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2034 e 2035 e 3,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2036 até 2041.

O ICSD será apurado a partir de 2027 com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2026, que verificado em determinada apuração deverá ser maior ou igual 1,20x e menor que 1,30x.

No exercício de 2024, a Companhia cumpriu em sua plenitude os *covenants* financeiros previstos nas escrituras de emissão de debêntures.

14. Salários e Encargos sociais

	Consolidado	
	2024	2023
Salários a pagar	520	621
Provisões e encargos	766	565
Encargos a recolher	370	375
	1.656	1.561

15. Tributos a pagar

Correntes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento Tributos Federais	-	-	5.303	6.275
IRPJ	-	-	615	571
CSLL	3	-	230	210
COFINS	13	-	95	87
Retenções Terceiros	-	1	58	28
PIS	2	-	33	19
ISS	-	-	7	3
	18	1	6.340	7.192

Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	-	-	890	599
CSLL	-	-	320	216
PIS	-	-	56	178
COFINS	-	-	259	39
	-	-	1.525	1.031

Passivo circulante	18	1	3.898	3.153
Passivo não circulante	-	-	3.967	5.070

O passivo não circulante no consolidado é referente aos vencimentos de longo prazo dos parcelamentos junto a Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa de 20% e seu vencimento final será em maio de 2028.

O regime de tributação de lucro das SPEs é presumido pelo regime de caixa e, assim, pagam pelo recebido. Contudo, no resultado são apurados os impostos considerando o regime de competência e a diferença entre o apurado (competência) e o efetivamente pago (caixa), é alocado ao passivo diferido

16. IR e CS – Diferidos (Ganho Compra Vantajosa)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho compra vantajosa base para IR/CS	71.451	71.451	71.451	71.451
Imposto de Renda	17.863	17.863	17.863	17.863
Contribuição Social	6.430	6.430	6.430	6.430
	24.293	24.293	24.293	24.293

Os tributos diferidos no passivo não circulante, são referentes ao imposto de renda e contribuição social apurados com base nos ganhos reconhecidos na compra vantajosa das controladas Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio.

17. Contingências

	Consolidado	
	2024	2023
Contingências	74	101

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia e suas controladas são rés e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos em 31 de dezembro de 2024, representa aproximadamente R$ 179, (R$ 484 em 2023). Abaixo os valores segregados por SPE:

SPE Sombrio	60
SPE Gaivota	34
SPE Gravatal	-
SPE Guabiruba	85
Total:	179

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 7.001, e está representado por 7.000.500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, assim divididas:

	Quantidade de ações	% de ações
	Norte Saneamento	Norte Saneamento
Ações Ordinárias ("ON")	7.000.500	100%

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2024 nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c) Reserva de Lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

d) Conciliação entre o Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

Patrimônio Líquido da Controladora	47.532
(+) Capitalização de juros das SPEs (Nota 3.7 (b))	4.610
Patrimônio Líquido Consolidado	52.142

19. Receita Líquida de Serviços

	Consolidado	
	2024	2023
Serviços de abastecimento de água	29.201	21.077
Serviços de sistema de esgotamento sanitário	4.115	3.775
Receita a faturar	72	337
Deduções	(1.272)	(931)
	32.115	24.257

O incremento na receita corresponde aos investimentos de ampliação de rede e infraestrutura, que possibilitaram o aumento no número de ligações, oferecendo aos usuários maior disponibilidade de abastecimento e cobertura, impulsionando a receita de serviços das SPEs.

20. Custos dos Serviços Prestados

	Consolidado	
	2024	2023
Pessoal	(4.512)	(4.471)
Serviços	(1.777)	(2.095)
Depreciação/amortização	(2.602)	(1.745)
Energia	(1.344)	(858)
Materiais	(1.925)	(813)
Outros	(467)	(232)
	(12.626)	(10.213)

21. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Amortização mais valia	(3.536)	(3.870)	(3.536)	(3.870)
Gerais e administrativas	(815)	(208)	(1.153)	(1.399)
Serviços/Rateio	-	(38)	(4.100)	(2.540)
Pessoal	-	-	(1.011)	(922)
	(4.351)	(4.116)	(9.801)	(8.732)

A variação na linha de serviços é, substancialmente, o repasse do rateio de despesas decorrentes do compartilhamento da estrutura corporativa, e corresponde as atividades de suporte corporativo aos negócios e operações em geral, das empresas que integram o Grupo Econômico Norte Saneamento.

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita Financeira				
Rendimento de aplicação financeira	1.850	830	2.391	802
	1.850	830	2.391	802
Despesa Financeira				
Encargos financeiros de debêntures	(14.366)	(6.413)	(10.806)	(5.654)
Amortização de custo de transação	(656)	(118)	(656)	(118)
Encargos financeiros de arrendamento	-	-	(122)	-
Despesas e comissões bancárias	(110)	(1.507)	(952)	(2.430)
Encargos sobre parcelamento de tributos	-	-	(2.150)	(700)
	(15.133)	(8.039)	(14.686)	(8.902)
Resultado Financeiro Líquido	(13.282)	(7.208)	(12.295)	(8.099)

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ Corrente	-	-	(2.690)	(1.845)
CSLL Corrente	-	-	(1.023)	(698)
IRPJ Diferido	-	(10.896)	-	(10.896)
CSLL Diferido	-	(3.828)	-	(3.828)
		(14.725)	(3.713)	(17.268)

O saldo consolidado considera, o imposto de renda e contribuição social apurados nas SPEs com base no lucro presumido.

24. Gerenciamento de riscos financeiros

24.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a participação acionária em sociedades que tem como objetivo social captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados das suas controladas dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, variando entre 30 e 35 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	4	18	184	102
Aplicações Financeiras	36.014	13.066	37.370	16.225
Contas a Receber	-	-	8.571	7.302
	36.018	13.085	46.125	23.629

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2024
Ativos Financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	4	17	184	102
Aplicações Financeiras	36.014	13.067	37.370	16.225
	36.018	13.085	37.554	16.327
Passivos Financeiros				
Debêntures e Financiamentos	111.139	58.875	111.139	58.875

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.
O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Debêntures e Financiamentos	111.139	58.875	111.139	58.875
Fornecedores a pagar	3	8	3.285	3.919

24.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos Financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	4	17	184	102
Aplicações Financeiras	36.014	13.066	37.370	16.225
Contas a receber	-	-	8.571	7.302
	36.018	13.084	46.125	23.629
Passivos Financeiros				
Debêntures e Financiamentos	111.139	58.875	111.139	58.875
Fornecedores a pagar	3	8	3.285	3.919
	111.142	58.883	114.424	62.794

25. Seguros

Em 30 de junho de 2024, as controladas Gravatal, Gaivota, Sombrio e Guabiruba possuem seguros contratados, os quais não foram objeto de escopo da auditoria, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

	2024	
	Valor segurado	Seguradora
Tipo de cobertura		
Responsabilidade civil	5.000	AIG Seguradora
Garantias	6.103	AUPOL Bank
Risco de engenharia	22.400	Ezze Seguros
Reponsabilidade Civil	1.500	Ezze Seguros
Patrimonial	2.046	Axa Empresa Flex

* * * * *